

RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.910 - PE (2014/0229087-9)

RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO : USINA CENTRAL BARREIROS S/A - MASSA FALIDA
REPR. POR : LUIZ GONZAGA DE CARVALHO SOUSA - SÍNDICO
ADVOGADO : JÚLIO ALCINO DE OLIVEIRA NETO E OUTRO(S) -
PE011673
INTERES. : CARASSÚ MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA LTDA
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS FREIRAS MELRO DE GOUVEIA -
AL004314

DECISÃO

Trata-se de recurso especial do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, nos termos assim ementados (fl. 1.163):

Constitucional e Administrativo. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Avaliação pericial do imóvel expropriado. Constatação de que o valor ofertado pelo INCRA representava, na época de sua avaliação (abril/2002), o justo preço da indenização do imóvel na sua totalidade. Desnecessidade de atualização dos valores depositados. Procedimento a ser adotado na fase de execução da sentença. Diferença entre o valor do imóvel fixado na sentença e o ofertado pelo INCRA. Juros Moratórios e Compensatórios devidos.

Apelação e remessa oficial improvidas.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (1.188-1.192).

Na origem, cuida-se de ação de desapropriação direta, por interesse social, para fins de reforma agrária, objetivando a expropriação do imóvel denominado ENGENHO BAETÉ e OUTROS, registrado com área de 4.814,50 ha (quatro mil hectares, oitocentos e quatorze centiares e cinquenta ares), localizado no Município de Barreiros/PE, declarado de utilidade pública pelo Decreto Presidencial expropriatório de 25/04/2001, avaliado administrativamente em R\$ 4.921.863,03 (quatro milhões, novecentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e três reais e três centavos), e judicialmente, por meio de laudo pericial, em R\$ 5.101.139,60 (cinco milhões, cento e um mil, cento e trinta e nove reais e sessenta centavos).

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região negou provimento ao recurso de apelação do INCRA, mantendo incólume a decisão monocrática de procedência da ação, consoante os termos da ementa anteriormente

colacionada.

No presente recurso especial, interposto pelo INCRA, aduz-se contrariedade, pelo aresto recorrido, ao art. 535, II, do CPC de 1973, porquanto, em síntese, quedou-se silente o Tribunal *a quo* da análise do conteúdo relacionado aos arts. 12, § 2º, e 19, caput, da Lei Complementar n. 76/1993, aos arts. 15-A e 15-B do Decreto Lei n. 3.365/1941, ao art. 404, § único, do Código Civil, e ao art. 5º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 8.177/1991.

Aponta, ainda, contrariedade aos mesmos dispositivos tidos como não analisados, visto que, em suma, descabida a condenação ao pagamento das despesas judiciais, dos honorários advocatícios e do perito judicial, bem assim de não serem devidos juros compensatórios e moratórios em ação de desapropriação por utilidade pública, para fins de reforma agrária.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial.

É o relatório. Decido.

Preliminarmente, verifica-se que o recurso especial aborda também a questão da incidência de juros compensatórios na desapropriação para fins de reforma agrária, tema esse que, entre outros, foi objeto de julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação da ADI n. 2.332/DF, em 17/05/2018, no qual firmou-se o entendimento da constitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 15-A do Decreto Lei n. 3.365/1941, ao argumento de que os juros compensatórios só são devidos para compensar a perda de renda comprovada, não incidindo, portanto, sobre imóvel improdutivo.

O julgado teve a seguinte ementa:

Decisão: O Tribunal julgou parcialmente procedente a ação direta para: i) por maioria, e nos termos do voto do Relator, reconhecer a constitucionalidade do percentual de juros compensatórios de 6% (seis por cento) ao ano para remuneração do proprietário pela imissão provisória do ente público na posse de seu bem, declarando a inconstitucionalidade do vocábulo “até”, e interpretar conforme a Constituição o caput do art. 15-A do Decreto-Lei 3.365/41, de 21 de junho de 1941, introduzido pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000, e suas sucessivas reedições, de maneira a incidir juros compensatórios sobre a diferença entre 80% (oitenta por cento) do preço ofertado em juízo pelo ente público e o valor do bem fixado na sentença, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava procedente o pedido, no ponto, em maior extensão; ii) por maioria, vencidos os Ministros Roberto Barroso (Relator), Luiz Fux e Celso de Melo, declarar a constitucionalidade do § 1º e do § 2º do art. 15-A do Decreto-Lei 3.365/41; iii) por unanimidade, e nos termos do voto do Relator, declarar a constitucionalidade do § 3º do artigo 15-A do Decreto-Lei 3.365/41; iv) por maioria, e nos termos do voto do Relator, declarar a inconstitucionalidade do § 4º do art. 15-A do Decreto-Lei 3.365/41, vencido o Ministro Marco Aurélio; v) por unanimidade, e nos termos do voto do Relator, declarar a constitucionalidade da estipulação de parâmetros mínimo e máximo para a concessão de honorários advocatícios previstos no § 1º do artigo 27 o

Decreto-Lei 3.365/41 e declarar a inconstitucionalidade da expressão “não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)”. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, em face de participação, na qualidade de representante do Supremo Tribunal Federal, no VIII Fórum Jurídico Internacional de São Petersburgo, a realizar-se na Rússia. Falaram: pelo requerente, o Dr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior; e, pelo Presidente da República, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 17.5.2018.

A respeito do tema, é necessário destacar que a jurisprudência do STJ se encontra consolidada em sentido diverso, de serem devidos juros compensatórios sobre imóveis objeto de reforma agrária, independentemente de sua caracterização como improdutivos, isto porque os referidos consectários “restituem não só o que o expropriado deixou de ganhar com a perda antecipada, mas também a expectativa de renda, considerando a possibilidade do imóvel ser aproveitado a qualquer momento de forma racional e adequada, ou até ser vendido com o recebimento do seu valor à vista” (REsp n. 1.116.364/PI, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, Dje. 10/09/2010).

Assim, em razão da dualidade de entendimento sobre a questão, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em sessão de julgamento realizada em 08/08/2018, acolheu questão de ordem sugerida no REsp n. 1.328.993/CE, da relatoria do Ministro OG Fernandes, que propôs a revisão e a adequação das teses firmadas nos Temas Repetitivos ns. 126, 184, 280, 281, 282 e 283/STJ.

Confira-se a ementa do julgado:

PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO DE ORDEM. RECURSOS REPETITIVOS. JULGAMENTO SUPERVENIENTE DE Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI. ADEQUAÇÃO. NECESSIDADE. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. JUROS COMPENSATÓRIOS. REVISÃO DAS TESES REPETITIVAS 126, 184, 280, 281, 282 E 283, BEM COMO DAS SÚMULAS 12, 70, 141 E 408 DO STJ. SUSPENSÃO NACIONAL. DETERMINAÇÃO.

1. Em 17/6/2018, o Supremo Tribunal Federal julgou o mérito da ADI 2.332, estabelecendo balizas para a fixação da taxa de juros compensatórios incidente nas desapropriações, em termos diversos do entendimento adotado por esta Corte Superior nos precedentes obrigatórios.

2. Diante de referido julgado, superveniente e em controle concentrado de constitucionalidade, faz-se necessária a adequação das Teses Repetitivas 126, 184, 280, 281, 282 e 283 e da Súmula 408 do STJ.

3. Com fulcro nos arts. 927, § 4º, do CPC/2015 e 256-S, § 1º, do RISTJ, em atenção aos princípios da segurança jurídica, proteção da confiança e isonomia, formula-se a presente questão de ordem.

4. Determina-se, com fundamento no art. 1.037, II, do CPC/2015 e por economia processual, inclusive para prevenção do ajuizamento de futuras ações rescisórias embasadas na coisa julgada inconstitucional, a suspensão de todos os processos em trâmite no território

nacional a partir do momento em que a questão em tela - taxa de juros compensatórios aplicável às ações de desapropriação - se apresente, ressalvados incidentes, questões e tutelas interpostas a título geral de provimentos de urgência nos processos objeto do sobrestamento.

5. Questão de ordem acolhida, para fins de revisão de entendimento das teses repetitivas firmadas nos REsp 1.114.407/SP, 1.111.829/SP e 1.116.364/PL. QO no REsp 1.328.993 / CE, Relator Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, Julgamento em 08/08/2018, DJe 04/09/2018).

Desse modo, consoante o estabelecido no item 4 do referido REsp n. 1.328.993/CE, necessário se faz determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para aguardar a solução definitiva da controvérsia pela Primeira Seção do STJ, momento em que será realizado o exame das teses repetitivas ns. 126, 280, 281, 282 e 283/STJ, todas relacionadas à incidência de juros compensatórios em ação de desapropriação, bem assim da revisão do Tema n. 184/STJ, este relacionado aos limites estabelecidos para pagamento dos honorários advocatícios em ação de desapropriação.

Ante o exposto, em observância ao art. 1.040 do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do *decisum* a ser proferido com a revisão do entendimento firmado sobre a incidência de juros compensatórios sobre imóveis improdutivos: *a*) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou *b*) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; *c*) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator